



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

DECISÃO ADMINISTRATIVA SOBRE O RECURSO

Processo n.º: 508/2025

Pregão Eletrônico n.º: 003/2025

Recorrente: C J F Araújo Facilities

Recorrida: QUALLITY Prestadora Locações e Comércio LTDA

Objeto: Contratação de serviços de limpeza, conservação, higienização e copeiragem para a Câmara Municipal de Jataí.

I – RELATÓRIO

Trata-se da análise de recurso administrativo interposto tempestivamente pela empresa **C J F Araújo Facilities**, contra a classificação da empresa **QUALLITY Prestadora Locações e Comércio LTDA** como vencedora do certame. Alega que a proposta da licitante vencedora contém falhas materiais na composição de preços, com destaque para:

- Salário base inferior ao estipulado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT);
- Aplicação incorreta do adicional de insalubridade (20% ao invés de 40%);
- Ausência ou inconsistência nos provisionamentos de férias, 13º salário e encargos sociais;
- Substituição indevida do vale-alimentação por cesta básica, em desacordo com a CCT vigente.

A recorrente fundamenta seu pedido em dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e jurisprudência do Tribunal de Contas da União, destacando que a proposta da vencedora compromete a viabilidade econômico-financeira do contrato, podendo gerar prejuízos à Administração Pública.

Devidamente intimada, a empresa QUALLITY PRESTADORA LOCAÇÕES E COMÉRCIO LTDA não apresentou contrarrazões ao recurso, conforme registro nos autos do processo2.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Após detida análise dos autos do processo, verifica-se que:

1. **A proposta original e readequada da empresa QUALLITY de fato apresenta valores globais inferiores à média do mercado**, como se observa na **Ata de Propostas Readequadas**, sendo o total final de **R\$ 133.908,00**, bem abaixo do valor estimado do edital de **R\$ 248.514,24**.
2. **A diferença de quase 50% no valor global da proposta readequada** acende alertas quanto à exequibilidade da proposta, exigindo verificação rigorosa da compatibilidade com os custos efetivos exigidos pela legislação trabalhista e convenções coletivas aplicáveis.
3. **A Convenção Coletiva de Trabalho da categoria exige adicional de insalubridade de 40% para trabalhadores em contato com saneantes**, como bem apontado no recurso,



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

sendo este um elemento obrigatório da planilha de custos. A aplicação de apenas 20% não encontra respaldo legal e fere a legislação vigente (CLT e NR-15).

4. A substituição do **vale-alimentação diário no valor de R\$ 25,00 por cesta básica**, conforme alegado, é prática vedada pela CCT de 2025, sendo aceita apenas a entrega de alimentação por meio de cartão magnético ou fornecimento de refeição, conforme parâmetros do PAT.
5. O artigo 48, §3º, da **Lei nº 14.133/2021**, é claro ao prever que “quando houver erro evidente nos cálculos que comprometa a planilha de custos apresentada, a proposta será desclassificada”.
6. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União, notadamente o **Acórdão nº 3056/2017 – Plenário**, orienta pela desclassificação de propostas com erros evidentes na formação de preços que afetem a viabilidade do contrato.
7. A ausência de manifestação da empresa vencedora quanto às razões recursais apresentadas caracteriza concordância tácita com os argumentos expostos pela recorrente, não havendo nos autos qualquer justificativa técnica capaz de afastar os vícios apontados.
8. A manutenção de proposta manifestamente inexecutável afronta os princípios da legalidade, isonomia e economicidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal, além de expor a Administração a riscos de inadimplemento contratual e eventuais litígios futuros, conforme destacado na fundamentação do recurso.

III – CONCLUSÃO E DECISÃO

Diante do exposto, reconhecendo-se a procedência das alegações do recurso apresentado pela **empresa C J F Araújo Facilities**, **acolhem-se integralmente suas razões**, com base nos seguintes fundamentos:

- Violação das cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho vigente;
- Cálculo inadequado de insalubridade, encargos e benefícios legais obrigatórios;
- Ofensa aos princípios da legalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa previstos na **Lei 14.133/2021**.

Assim, DECIDE-SE pela desclassificação da proposta da empresa QUALITY Prestadora Locações e Comércio LTDA.

Considerando que a segunda colocada apresentou proposta no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), a terceira, apresentou proposta de R\$ 9.235,38 (nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e trinta e oito reais), a quarta apresentou proposta de R\$ 10.099,00 (dez mil e noventa e nove reais) ; a quinta colocada apresentou proposta de R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais); todos inferiores ao valor da última contratação que era R\$ 10.502,60 dez mil, quinhentos e dois reais e sessenta centavos);



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

Diante dos riscos contratuais nos termos atuais, comparando com a realidade experimentada na última contratação, opino de forma contrária ao retorno do certame à fase de julgamento da proposta subsequente, conforme ordem de classificação, e favoravelmente a que seja revogado o presente certame para elaboração de novo edital, com a especificação de valores de proposta consideradas inexequíveis, para evitar os problemas enfrentados com a finalização do último contrato.

Publique-se. Encaminhe os autos à Presidência.

Jataí-GO; 21 de maio de 2025.

Juliana Paula Chaves Furquim

Pregoeira